

‘...A SERRA AMANHECE PRENHE DE ESPERANÇA’ MARIÁTEGUI: TEORIA E AÇÃO POLITICA AOS INDIGENAS BOLIVIANOS

Mauro Marcos Farias da Conceição *

Abstract

With this study we sought to contrast the design of José Carlos Mariátegui in their works, on native issues, the procedures observed in the theoretical and practical development of Bolivian indigenous movements between the years 1930 to 1960. Want to compare approaches and interpretations that have developed the procedures, theoretical and practical, played by the natives from the period stated above. In our studies from the assumptions that will lead us to observe stays in indigenous movements, ways of thinking of the native question. Our goal is to compare the different conceptions of the author and experience and which influences attendance – analyzing relationships, time and political goals - was observed in the evolution of many indigenous movements and actions taken between the years 1930 to 1960, the native Bolivians.

Palavras-Chave: (Mariátegui, Bolívia, Indígenas)

Keywords: (Mariátegui, Bolivia, Indigenous)

O desenvolvimento de um novo estado de compreensão – e intervenção – política, aos indígenas na Bolívia, adquiriu impulso maior ao final do século XIX e uma nova dimensão e expressão política ao final dos anos de 1930. A guerra do Chaco – envolvendo a Bolívia e o Paraguai entre os anos de 1932 a 1935 – tornou-se o acontecimento que estimulou uma virada no comportamento, na consciência e nas demandas nativa. Contribuíram para estes novos procedimentos as circunstâncias, internas e externas, que afetaram os diversos cenários políticos, econômicos e sociais em todo no planeta durante a primeira metade do século. Por este período o domínio hegemônico dos EUA, sobre o continente, promoveu significativos confrontos internos às nações, tanto por ação direta dos norte-americanos quanto às manifestações antiimperialistas decorridas destas movimentações.

A cumplicidade dos governos locais, às medidas tomadas por Washington, levou setores da burguesia e da pequena burguesia a opor-se, em determinadas circunstancias, à dominação praticada. Entretanto, as mais violentas reações foram realizadas por aqueles que sentiam ‘na pele’ os efeitos das ações imperialistas e dos seus aliados nacionais (burguesia, oligarquias etc.). A repulsa dos indígenas, camponeses, operários, intelectuais, transformou-os nos principais e mais dinâmicos setores a mobilizar-se nos diversos países do continente. Segundo Casanova ‘durante as primeiras décadas do século XX, o cone sul converteu-se em cenário de importantes movimentos de massas trabalhadoras em indústrias, minas, ferrovias.

* UERJ; Doutorando em História; FAPERJ

Esses movimentos realizaram lutas em todos os campos e usaram todas as armas disponíveis.’¹ (CASANOVA,1983:72-73)

A Bolívia – considerada a mais indígena das nações latino-americanas – não possibilita que se estabeleça, peremptoriamente, uma forte ruptura, quanto às heranças étnicas, entre a população rural e os segmentos urbanos. Portanto a população desta nação tem por manifestar, de alguma forma – social e/ou cultural – os vínculos que a aproximam da sociedade indígena.

Esta consistente, e acentuada, descendência disponibilizou uma grande quantidade de braços às empresas, indústrias e fazendas. Tornou-se comum encontrar a utilização servil do indígena, no campo ou nas cidades. A presença, e o modelo usual de utilização desta mão de obra, não causam dificuldades em se instituir proximidades entre os habitantes do campo e os da cidade, exceto quanto a algumas outras atividades; a mineração e a agricultura, a se excetuar. A servidão fazia-se extensiva em toda Bolívia. Esta identidade servil apresentava por fundamento; as origens étnicas, sociais e políticas.

Esta significativa presença da população indígena, e por seqüência, as relações que havia estabelecido com a terra – procedimentos peculiares desse personagem –, confrontava-se aos interesses das oligarquias rurais tornando-se, por essa razão, a motivação das agressões e confrontos realizados com/por esses grandes proprietários. Há que se considerar, ainda, o acentuado racismo² (SANTOS, 1994:10-15), da parcela branca e dos segmentos dominantes da sociedade boliviana, a esses povos nativos. Este componente de exclusão social chegou a estabelecer uma política oficial, observada, também, nos inúmeros massacres a comunidades indígenas realizados pelas forças repressivas do estado. O racismo, ao nativo, postou-se como afirma Joel dos Santos, de forma ‘extra-legal (...) em que índios e ‘*cholos*’ (mestiços de índio com branco) estão impedidos de morar e/ou permanecer em certos locais, embora não se encontre qualquer proibição escrita nesse sentido’³(SANTOS,1994:13-15). Inicialmente, as ações indígenas buscavam a extinção das modalidades de agressão e sujeição que lhes submetia as oligarquias mineira e rural.

Em certas ocasiões, esta energia agressiva nativa, fora utilizada como instrumento de pressão – e de barganhas –; nas disputas políticas envolvendo as oligarquias, ou,

¹ CASANOVA, P.G. “*História Contemporânea da América Latina – Imperialismo e Libertação*”. São Paulo. Vértice, 1987, 73.

² Segundo Joel Rufino dos Santos, autor da obra ‘O que é Racismo’ da editora Brasiliense; o racismo se configura como ‘um sistema que afirma a superioridade de um grupo sobre outros(...)’. Desta definição o autor indica a necessidade em se precisar o termo “grupo racial”.

³ SANTOS, J.R. “*O que é racismo*”. São Paulo. Brasiliense. 1994, p. 14

impulsionados por estes segmentos promovendo ações que desestabilizassem governos constituídos. Em 1899, há por se observar, que na chamada Revolução Federal, verificaram-se os seguintes procedimentos; aliança de indígenas e liberais – este último buscava obter adesão para melhor se posicionar diante das disputas políticas com os conservadores–, apoio obtido, aos liberais, do principal personagem índio – Willka – desejoso, afirmam-se, em tirar proveito político desta aproximação e, por fim, a intensa e violenta movimentação que realizavam os nativos.

A combinação e efetivação destes componentes políticos resultaram na perda do poder e na destituição da liderança conservadora. Entretanto, os liberais ao conquistar o poder promovem, então, uma violenta repressão à movimentação política que se realizava. Diante desta nova conformação política do estado, os aliados de ‘ontem’ – os indígenas – transformam-se na massa insurrecional passível de sentir a ‘mão pesada’ e controladora do Estado. Em 1946 ocorreu semelhante evento, então acrescido a um trágico desdobramento. O imperialismo norte-americano, insatisfeito às medidas adotadas pelo novo governo, alia-se à ‘rosca’⁴(CASANOVA, 1988:36-48) e, por via desta aproximação, acercar-se aos setores populares. Pretendia, com esta movimentação, dotar estes segmentos de substância e capacidade política de intervenção e, conseqüentemente, estimular a destituição do governo e do regime encabeçado pelo presidente Gualberto Villaroel. Esta deposição foi determinada por violentas manifestações. A massa, que chegou ao Palácio de governo, além de por abaixo o poder também ‘tomou’, drasticamente, a vida de Villaroel. O presidente e alguns de seus auxiliares diretos foram fisicamente aniquilados – fuzilados e enforcados – em praça pública que estava localizado à frente do palácio governamental.

Portanto observa-se que a questão indígena, na Bolívia, vem envolta e incidindo por toda a história deste país. Conhecem-se as razões dos inúmeros levantes e movimentos nativos. A terra, espaço de sobrevivência social e cultural, de uso comum das comunidades indígenas, garantidora dos ‘ayllus’ – segundo Klein, estes organismos formavam ‘(...) grupos de parentesco’ e, quanto a sua representação social; ‘para todos os índios era vital ser membro de um ‘ayllu’, pois desse vínculo dependia o acesso à terra.’⁵(KLEIN, 1991:37-45).

A terra era garantidora e estabelecia desta forma, os laços sociais e políticos da comunidade indígena. Destituir-lhes, coletivamente, deste bem representou ‘por abaixo’ esta forma de inserção e de organização que nutria a população nativa. Estabelecendo a

⁴ A oligarquia mineira e os representantes deste setor no governo recebiam social e politicamente, essa denominação.

⁵ KLEIN, H.S. “*Bolívia – do período pré-incaico à independência*”. São Paulo. Brasiliense. 1991.

impossibilidade, condizente à compreensão nativa, da existência desta associação. Eram os ‘ayllus’ o meio a se possibilitar o acesso social do índio ao uso e exploração da terra. Assim, por intermédio desses mecanismos, estabeleceram-se entre os povos autóctones o uso social e político dos fundamentos e relações a se compor com a terra.

Esta identificação que incidiu sobre a consciência social, política e mística, da população indígena, pode elucidar o caráter, e os métodos adotados, que adquiriu as lutas e movimentações realizadas. Entretanto estes estímulos às reações, aos resgates culturais indígenas, pouco contribuíram, inicialmente, para a ampliação das perspectivas políticas desses personagens. A afirmação de Jose Carlos Mariátegui poderá, certamente, contribuir com esta observação; para este autor “A reivindicação indígena carece de concreção histórica enquanto se mantém num plano filosófico ou cultural”, assegura-nos então que “para adquiri-la – isto é, para adquirir realidade, corporificar-se – necessita converter-se em reivindicação econômica e política. O socialismo ensinou-nos a colocar o problema indígena em novos termos.”⁶(MARIÁTEGUI, 2004:22-23).

Para obter este conteúdo e concreção política, afirmam-nos autores, contribuiu sobremaneira, os acontecimentos que levaram à Guerra do Chaco em 1932. As movimentações indígenas que se seguem após a guerra, encontram um país politicamente esgotado. Em pouco mais que cinquenta anos havia sofrido duas derrotas bélicas e, insucessos territoriais nas principais solicitações diplomáticas⁷(PLA, 1980:280-282) . Acrescentam-se ainda outros tantos procedimentos, nestas primeiras décadas do século XX, ocorridos na Europa e na América, que também incidiram fortemente sobre a política, a economia e, fundamentalmente, na consciência latino-americana.

A arregimentação dos indígenas ao exercito boliviano, afastou-os das suas regiões, colocando-os frente a uma nova realidade e uma desconhecida atribuição. O considerado ‘pária’ social tornou-se, à luz das necessidades bélicas – e dos interesses capitalistas – um militar que tinha por função defender uma nação, que jamais se preocupara com sua existência. Ao final da guerra o retorno tornou-se incerto; ou pela perda da terra – que lhe assegurava vida e ambiente social –, ou ainda ao optar em ficar nas cidades por não desejar tornar-se mais um ‘peão’ às terras com as quais estabelecera, em outros tempos, uma relação que não fora de submissão aos interesses econômicos e políticos da oligarquia.

⁶ MARIÁTEGUI, J.C. *7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo. Alfa-Omega. 2004, p.22.

⁷ Em 1878 na Guerra do Pacífico, a Bolívia perdeu, ao Chile, toda sua faixa litorânea; e em 1903, em negociações diplomáticas perde terras – hoje o estado do Acre – ao Brasil.

Apesar da violência quanto à erradicação dos índios e sua imediata conscrição ao exército; estas ações representaram, ao fim da guerra, eventos a propiciar uma melhor compreensão quanto aos procedimentos, e das perspectivas políticas, e os significados, desta ausência, em seus movimentos. A Guerra do Chaco trouxera perdas e instabilidades à Bolívia. Os indígenas tornaram-se, ao Estado boliviano, parte dos problemas políticos.

Ao final da década de 20, do século passado, divulgou-se a obra ‘Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana’ apresentada por José Carlos Mariátegui. Este não foi mais um material a levantar uma ‘profissão de fé’ – no sentido filantrópico – à causa indígena. Não se alçavam os atributos dos autóctones, ou a necessidade da caridade do branco aos ‘puros’ de alma. Não se propunha discutir a incorporação da sociedade ou do estado na criação de mecanismos, institucionais, de ajuda e proteção ao índio.

Nesta obra, José Carlos Mariátegui reivindicava a personalidade, intrinsecamente, revolucionária dos indígenas. Por isto, categoricamente, afirmava; ‘Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que enobrece a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. A esperança indígena é totalmente revolucionária [...]’⁸(MARIÁTEGUI, 2004:21-23) Entretanto diferente aos processos teóricos e conceituais – a dar vitalidade política – e a nutrir o movimento operário revolucionário internacional, Mariátegui definiu claramente qual deveria ser a principal demanda a ser alçada pelos indígenas; ‘a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade de terras’⁹ (MARIÁTEGUI, 2004:21).

Esta não foi uma obra voltada, basicamente, a entender os procedimentos indígenas observados na Bolívia. Entretanto apresentou-se como uma análise a fundamentar, diante de novas perspectivas, as questões e ações políticas e sociais realizadas pelos povos nativos. A Bolívia e o Peru por apresentarem, segundo Herbert Klein, uma geografia e história comum¹⁰(KLEIN, 1991:10). estimula-nos a apreciar, em face dos propósitos deste estudo, esta identificação histórica.

Esta proximidade manifestou-se, na Bolívia, na evolução e nos procedimentos políticos dos nativos. Condutas que implicam distinções nas efetivas ações, no preparo que se confere, assim como nas reivindicações que, então, passaram a ser apresentadas. Capacitar essas movimentações de pré-requisitos que contribuíram, e reforçaram sua organização,

⁸ MARIÁTEGUI, J.C. *7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo. Alfa-Omega. 2004. p. 21.

⁹ Op. Cit. P. 21

¹⁰ Op. Cit. Nota 05, p. 10.

sugerem-nos o reconhecimento das atribuições e as condições dos enfrentamentos que solicitam tais procedimentos. Assim podemos indicar movimentos que podem ser interpretados como novas abordagens políticas diante das novas perspectivas apresentadas.

Por esta razão os confrontos deixam de se realizar, tão somente, almejando o extermínio físico dos oponentes. Não se eliminou o uso da violência, e as inúmeras contendas envolvendo a oligarquia e os indígenas, o confirmam. Entretanto acrescentaram-se outros instrumentos a dar substância e reforço às intervenções políticas dos indígenas. Inúmeros foram os fóruns de discussão e deliberações, congressos e encontros, formaram-se associações regionais e nacionais. A questão indígena não seria resolvida, tão somente, pelo uso desorganizado e sem um núcleo centralizador, dos instrumentos de coerção, ou afastada dos demais processos políticos em curso.

Em 1940, fóruns regionais passaram a levantar as questões, aprofundar discussões a respeito dos processos e indicar encaminhamentos que deveriam ser adotados pelas movimentações indígenas. Procuravam-se constituir algum nível de uniformização das ações e das perspectivas indígenas na Bolívia. Na cidade de Sucre nos anos de 1941 e 1943 realizaram-se eventos e congressos dos ayllus e marcas – de quechuas e aymaras. Estes eventos apresentavam deliberações e realizavam chamados a um fórum mais ampliado. Nesses espaços de discussão já se sinalizavam a necessidade em se estabelecer uma aliança, insurrecional, com demais trabalhadores.

O Primeiro Congresso Indigenal – realizado em fevereiro de 1945 – e o Congresso Mineiro realizado na cidade de Pulacayo – em 1947 – tornaram-se ocasiões em que se buscou avançar nas discussões e nas elaborações políticas. Esses eventos, que abarcam questões observadas no país, conformam as diversas contribuições e debates regionais, e estabelecem o caráter nacional e unificado das demandas e mobilizações de indígenas e operários nativos. Esses procedimentos, a ampliação dos debates, de objetivos políticos e a procura por estabelecer aliados, envolvendo os segmentos dominados, transformaram-se nas principais demonstrações das mudanças observadas no comportamento político dos indígenas.

Essas acentuadas modificações nos procedimentos indígenas – a forte influência e perspectivas demandadas –, sugerem-nos ter recebido singular contribuição das percepções proporcionadas pela obra do autor peruano Jose Carlos Mariátegui. Tornavam-se objeto de análise, e não unicamente de ação, quais deveriam ser os movimentos e com quais propósitos, os povos indígenas constituir-se-iam enquanto elementos proponentes e ativos frente às ações

realizadas. Por esta razão Guillermo Lora – dirigente do POR¹¹(LORA, 1963:35) boliviano, em seus escritos que constam em livro sobre a revolução, afirma que ‘Uno de los grandes aciertos de Mariátegui (...) está en haber señalado, con claridad tal que no da lugar a ningún equívoco, que el problema del indio es, en último término, el problema de la tierra.’¹² (LORA, 1963:70)

Recentemente, no jornal ‘El Diario’ de La Paz, do dia 10 abril de 2008, em nota editorial comemorativo à revolução de 1952 – realizada dos dias 09 a 11 desse ano –, sustenta semelhante afirmação. Segundo o cronista do jornal ‘(...) la solución del problema indígena que, siguiendo al pensador Mariátegui, decía que el problema del indio es el problema de la tierra(...)’(Jornal ‘El Diario’ – 10 de abril de 2008). Concordando ou não com os métodos a serem empregados, contribuições que o socialista peruano prestou à luta indígena. Confirmase o valor teórico e prático – por autores associados às mais variadas modalidades de pensar – da tese que reforçou a identificação do homem indígena, não a uma propriedade territorial que lhe permitisse angariar vantagens monetárias; mas àquele espaço no qual constituir sua sobrevivência, e do grupo que o circunda, estabelecendo relações, sociais e políticas, intrínsecas ao ambiente e aos demais personagens.

BIBLIOGRAFIA.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Revoluções na América Latina Contemporânea - México, Bolívia e Cuba*. São Paulo, Saraiva, 2000.

_____ *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora Unesp. 2007.

ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo Enfermo*. La Paz, Ediciones Puerta del Sol, 6^a ed. 1977.

_____ *Raza de Bronce*. La Paz. 1919.

BARRE, Marie-Chantal. *Ideologias Indigenistas y Movimientos Indios Mexico*. Siglo Veinteuno. 1988,

BARROS FILHO, O. *Bolívia: Vocação e Destino*. São Paulo, Versus, 1980.

BARSOTTI, P. e PERICÁS, L. B (org.). *América Latina - História, idéias e revolução*. São Paulo. Xamã,

BRUIT, H.H, *Revoluções na América Latina*. São Paulo, Editora Atual, 1988.

¹¹ Partido Obrero Revolucionário, de orientação trotskista foi fundado em 1934 na cidade de Córdoba, na Argentina, por exilados bolivianos que se opunham à Guerra do Chaco. Ao final desta década passou a ter forte presença política na Bolívia.

¹² LORA, Guillermo. “*La revolución boliviana*”. La Paz/Bolívia. Editora Difusión, p.70.

- CALVO, R, Querejazu. *Masamaclay*. La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1992.
- CASANOVA, P.G., *História Contemporânea da América Latina – Imperialismo e Libertação*. São Paulo, Vértice, 1987.
- CEPPEDES, A., *Sangre de Mestizos – Relatos de la guerra del Chaco*. Santiago- Chile. Ed. Nascimento. 1936.
- CHASTEEN, John Charles, *América Latina – uma história de sangue e Fogo*. Rio de Janeiro, Campus, 2001.
- CHIAVENATO, J.J., *A Guerra do Chaco (Leia-se Petróleo)*. 1^a ed. São Paulo. Brasiliense. 1980.
- _____ *Bolívia – Com a Pólvora na Boca*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COGGIOLA, O., *O Trotskismo na América Latina*. São Paulo. Brasiliense. 1984.
- DONGUI, T.H, *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- DOZER, D. M, *América Latina – uma perspectiva histórica*. 2^a ed. Porto Alegre-RS. Ed. Globo. 1974.
- ESCORSIN, Leila. *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2006.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- GRAMSCI, A., *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1968.
- GRONDÍN, M, *A Rebelião camponesa na Bolívia*. São Paulo. Brasiliense; 1984.
- GUTIERREZ, A. O., *Una Obra y un Destino*. Buenos Aires, Editora López, 1953.
- IÑÍGUEZ, Carlos Piñeiro, *Desde el corazón de América – El pensamiento boliviano en el siglo XX*. La Paz/ Bolívia, Plural, 2004.
- KLEIN, H.S., “A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932”. In: BETHELL, Leslie (Org.), *História da América Latina - de 1870 a 1930*. (Vol. V) São Paulo, Edusp, 2002.
- LAZARTE, Jorge, *Movimiento Obrero y Procesos Politicos en Bolivia (Historia de la COB 1952- 1987)*. La Paz, EDOBOL, 1989.
- LEMOS, M.T.T.B, *A presença alemã na Guerra do Chaco*. In: VI Congresso de la FIEALC – Foros: Relaciones America Latina – España. Los Europeus (no ibéricos) en la historia latinoamericana. Jun/1993, Varsóvia. Polônia. Ed. UERJ. Brasil, 1994.
- _____ *América Plural: Caminhos da Latinidade*. Rio de Janeiro. ABE Graph Editora. 2003.
- LORA, Guillermo. *La Revolución boliviana*. La Paz – Bolívia. Ed. Difusión, 1963.

- LÖWY, M.(Org.), *O marxismo na América Latina- uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo; ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARIÁTEGUI, J.C. *7 Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo. Alfa-Omega. 2004.
- MERCADO, R .Z., *Bolivia: el desarrollo de la conciencia nacional*. Montevideo. Estrategia. 1970.
- _____ “*Considerações Gerais sobre a História da Bolívia (1932-1971)*”. In: CASANOVA, P.G. (Org.), *América Latina História de Meio Século*. Brasília, Ed. UnB, 1988.
- MORSE, Richard M., *O espelho de próspero – cultura e idéias nas Américas*. São Paulo. Cia das Letras. 1988.
- PLA, A.J., *América Latina siglo XX- Economía, Sociedad, Revolución*. Caracas – Venezuela.. Ed. de la Biblioteca. 1980.
- PRADO, L.F.S. *História Contemporânea da América Latina 1930-1960*. 2º ed. Porto Alegre/RS. Ed. UFRGS, 2004.
- VIEZZER, M, *Se me Deixam Falar... Domitila - Depoimento de uma Mineira Boliviana*. São Paulo, Global, 1990.
- VITALE, L., *La formación social latinoamericana (1930-1978)* Barcelona, España. Ed. Fontamara, 1979.